SICOOB

SICOOB Seguradora de Vida e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 26.314.512/0001-16

Relatório da Administração

A Administração do Sicoob Seguradora de Vida e Previdência S/A tem a satisfação de apresentar aos seus clientes, parceiros comerciais e acionistas as Demonstrações Financeiras referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018. Em março de 2017 a Companhia começou sua operação de venda, aceitação/emissão de apólices, pagamento de comissão e regulação de sinistros dos produtos de vida individual e vida em grupo, com destaque para o seguro prestamista. **Desempenho:** No primeiro semestre, o Sicoob Seguradora emitiu em Prêmio e Contribuições R$ 143.699 mil (R$ 35.348 em 30 de junho 2017), o que representa um aumento de 307% e constituiu Provisões Técnicas líquidas de resseguro no montante de R$ 160.298 mil (R$ 117.757 em 31 de dezembro 2017), representando um aumento de 36% no semestre. Os ativos totais alcançaram o valor de R$ 246.323 mil, o que representou um crescimento de 34% no semestre. As despesas administrativas no período foram de R$ 8.772 mil (R$ 2.147 em 30 de junho 2017) e o Resultado Financeiro foi de R$ 4.358 mil (R$ 2.426 em 30 de junho 2017), representando um aumento de 79%. A Companhia obteve Lucro Líquido de R$ 6.733 mil (R$ 1.962 em 30 de junho de 2017), representando aumento de 243%. **Realizações e ampliação dos segmentos de atuação:** O Sicoob Seguradora avança com a realização de investimentos em tecnologia, em busca de um elevado grau de automação. Tem priorizado as integrações dos sistemas e-Sis – responsável pelo controle de todas as atividades de retaguarda e pós-venda – com as ferramentas corporativas do Sicoob, Sisbr e Sigas, o que otimizará o controle do processo de venda e a gestão comercial. **Governança Corporativa:** No decorrer do primeiro semestre, foram realizadas sete reuniões do Conselho de Administração da Companhia, que resultaram na aprovação de diversos direcionadores estratégicos e de políticas que embasam a atuação operacional da seguradora. Além disso, foram fixadas diretrizes relacionadas à atuação comercial, ao apoio e organização das reuniões do Conselho de Administração, à estrutura de Ouvidoria, ao planejamento das atividades de Controles Internos e Gestão de Riscos na Seguradora e ao Programa de Implantação e Plano Operacional da Empresa. **Declaração:** Em atendimento à Circular SUSEP n° 517 de 30 de julho de 2015, o Sicoob Seguradora declara que possui títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento" e que tem capacidade financeira para levá-los até o vencimento.
Agradecimentos: O Sicoob Seguradora de Vida e Previdência S/A agradece aos seus funcionários, às cooperativas do Sistema Sicoob, aos parceiros comerciais e aos corretores pela dedicação e desempenho, aos seus clientes pela confiança, aos seus acionistas e à SUSEP pelo apoio dispensado. **A Administração**

Balanços Patrimoniais

Em milhares de reais

Ativo	Nota	30 de junho de 2018	31 de Dezembro de 2017
Circulante		**92.582**	**60.617**
Disponível		**59**	**22**
Caixa e bancos		59	22
Aplicações	7	**38.953**	**20.485**
Créditos das operações com seguros e resseguros		**36.538**	**30.268**
Prêmios a receber	9 (a)	30.410	29.622
Operações com resseguradoras	9 (c)	5.128	343
Outros créditos operacionais		1.000	303
Créditos das operações com previdência complementar		**1.685**	**2.064**
Valores a receber	9 (b)	1.637	1.926
Créditos de resseguros	9 (c)	48	138
Ativos de resseguro - provisões técnicas		**9.173**	**1.473**
Seguros	12 (a)	8.099	1.237
Previdência		1.074	236
Títulos e créditos a receber		**202**	**21**
Créditos tributários e previdenciários	17 (b)	18	12
Outros créditos			
Adiantamentos a funcionários		184	9
Despesas antecipadas		**182**	**-**
Custos de aquisição diferidos		**5.790**	**6.284**
Seguros	12 (c)	5.790	6.284
Não circulante		**153.741**	**123.703**
Realizável a longo prazo		**153.119**	**123.130**
Aplicações	7	**122.892**	**101.353**
Títulos e créditos a receber	17 (b)	**708**	**462**
Créditos tributários e previdenciários		708	462
Custos de aquisição diferidos	12 (c)	**29.519**	**21.315**
Seguros		29.519	21.315
Imobilizado	10	**622**	**573**
Bens móveis		622	573
Total do Ativo		**246.323**	**184.320**

Passivo	Nota	30 de junho de 2018	31 de Dezembro de 2017
Circulante		**101.883**	**73.370**
Contas a pagar	11	**4.365**	**8.985**
Obrigações a pagar		2.285	2.702
Impostos e encargos sociais a recolher		425	383
Encargos trabalhistas		709	215
Impostos e contribuições		946	5.685
Débitos de operações com seguros e resseguros		**12.922**	**6.016**
Operações com resseguradoras		8.769	2.219
Corretores de Seguros e Resseguros		1.882	1.396
Outros débitos operacionais		2.271	2.401
Débitos de operações com previdência complementar		**1.083**	**839**
Operações de resseguros		717	404
Outros débitos operacionais		366	435
Depósitos de terceiros		**552**	**579**
Provisões técnicas - seguros	12 (a)	**79.729**	**55.238**
Pessoas		77.609	54.088
Vida individual		2.120	1.150
Provisões técnicas - previdência complementar	13	**3.232**	**1.713**
Planos não bloqueados		3.232	1.713
Não circulante		**86.510**	**62.279**
			-
Provisões técnicas - seguros	12 (a)	**86.510**	**62.279**
Pessoas		86.510	62.279
Vida Individual		-	-
Patrimônio líquido	**16**	**57.930**	**48.671**
Capital social		40.000	40.000
Reservas de lucros		11.197	8.671
Lucros Acumulados		6.733	-
Total do Passivo e patrimônio líquido		**246.323**	**184.320**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado

Semestres findos em 30 de junho - Em milhares de reais, exceto lucro por ação

	30 de junho de 2018	30 de junho de 2017
Prêmios Emitidos (nota 6(a))	136.175	31.316
Contribuições e prêmios para cobertura de riscos	7.524	4.032
Variação das provisões técnicas de prêmios	(25.370)	(22.245)
Prêmios Ganhos	118.329	13.103
Sinistros ocorridos (nota 18(a))	(57.990)	(3.235)
Custos de Aquisição - Seguros (nota 18(d))	(40.498)	(4.283)
Outras receitas (despesas) operacionais (nota 18(c))	(529)	(82)
Resultado com operações de resseguro (nota 18(b))	4.408	(604)
	(94.609)	(8.204)
Custos de aquisição - Previdência (nota 18(d))	(3.302)	(1.047)
Outras receitas (despesas) operacionais (nota 18(e))	191	-
	(3.111)	-
Despesas administrativas (nota 18(f))	(8.772)	(2.147)
Despesas com tributos (nota 18(g))	(3.839)	(524)
Resultado financeiro (nota 18(h))	4.358	2.426
	(8.252)	(245)
Resultado operacional	12.356	3.607
Imposto de renda (nota 17(a))	(3.114)	(908)
Contribuição social (nota 17(a))	(2.505)	(737)
Participações sobre o resultado	(4)	-
Lucro Líquido do Semestre	6.733	1.962
Quantidade de ações	40.000.000	40.000.000
Lucro líquido por ação, básico e diluído (nota 16(d)) - em R$	0,17	0,05

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado Abrangente

Semestres findos em 30 de junho - Em milhares de reais

	30 de junho de 2018	30 de junho de 2017
Lucro líquido do semestre	6.733	1.962
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	6.733	1.962

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais

	Capital social	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Reserva Especial para Dividendos	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	40.000	28	-	400	-	40.428
Retenção de lucros (Nota 16 (c))	-	-	-	134	-	134
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	1.962	1.962
Saldo em 30 de junho de 2017	40.000	28	-	534	1.962	42.524
Saldo em 31 de dezembro de 2017	40.000	559	134	7.978	-	48.671
Retenção de lucros (Nota 16 (c))	-	-	2.526	-	-	2.526
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	6.733	6.733
Saldo em 30 de junho de 2018	40.000	559	2.660	7.978	6.733	57.930

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Semestres findos em 30 de junho - Em milhares de reais

	30 de junho de 2018	30 de junho de 2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre	6.733	1.962
Ajustes para conciliação do lucro líquido:		
Depreciações	32	19
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(246)	682
Provisão participação sobre o lucro	4	
Provisão líquida por redução do valor recuperável de ativos	547	52
	7.070	2.715
Variações nas contas patrimoniais:		
Aplicações financeiras	(40.007)	(15.166)
Créditos das operações de seguros, resseguros e previdência complementar	(6.437)	(7.570)
Ativos de Resseguros	(7.700)	(212)
Créditos Fiscais e Previdenciários	(253)	
Custo de aquisição de diferidos	(7.710)	(6.009)
Outros Ativos	(175)	(74)
Despesas antecipadas	(182)	
Contas a Pagar	8.631	1.512
Débitos de operações com seguros, resseguros e previdência complementar	7.151	1.161
Depósito de terceiros	(27)	215
Provisões Técnicas	50.241	25.338
Caixa gerado pelas operações	10.602	1.910
Impostos e contribuições sobre o lucro pagos	(10.484)	(963)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	118	947
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(81)	(600)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(81)	(600)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	37	347
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	22	13
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	59	360

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações financeiras em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais: O SICOOB Seguradora de Vida e Previdência S.A. ("Seguradora" ou "Companhia") é uma sociedade de capital fechado, com sede no Brasil e matriz domiciliada à SIG Quadra 06, Lote 2080 Bloco II, Sala 104 – Zona Industrial, Brasilia - DF, que tem como objeto operar seguros de pessoas e planos de previdência privada em todo o território nacional. A Companhia foi criada em 28 de abril de 2016, teve sua constituição aprovada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, por meio da Portaria nº 6.620, de 29 de julho de 2016 e iniciou suas operações em 2017. Em 27 de janeiro de 2017 o SICOOB Seguradora teve os seus primeiros produtos aprovados pela SUSEP. Em 13 de outubro de 2017 foi aprovada pela SUSEP, através da Portaria nº 7.012, a transferência parcial da carteira de seguro de vida e previdência da Mongeral para o Sicoob Seguradora, publicado no D.O.U. de 17 de outubro de 2017. A constituição da Companhia, cujo controle é exercido de forma compartilhada, pela Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A. ("Mongeral"), CNPJ n. 33.608.308/0001-73, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, e pela Bancoob Participações em Seguridade S.A. ("Bancoob"), sociedade de propósito específico, subsidiária integral do Banco Cooperativo do Brasil S.A. com CNPJ n. 21.810.073/0001-19 e com sede na cidade de Brasília - DF, cada qual detendo 50% do capital da Seguradora, que foi estabelecida conforme acordo de acionistas celebrado em 28 de abril de 2016. A autorização para emissão das demonstrações financeiras foi concedida pela Administração da Companhia em 29 de agosto de 2018.
2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente, salvo disposição em contrário. **(a) Bases de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517/2015 e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) (doravante "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 5. **(b) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Seguradora são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. **3. Resumo das principais políticas contábeis: (a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **(b) Ativos financeiros:** A classificação dos ativos financeiros depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação dos ativos financeiros na data inicial de aquisição dos ativos e reavalia a sua classificação a cada data de balanço. A Seguradora classifica seus ativos financeiros conforme as seguintes categorias: **(i) Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de negociação no curto prazo, sendo reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Esses ativos são mensurados ao custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e avaliados subsequentemente ao valor justo, com variações no valor justo reconhecidas imediatamente no resultado do período. Os custos de transação incorridos na aquisição dos ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos imediatamente no resultado do período conforme incorridos. Os títulos nessa categoria são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento do título. Os ajustes diários, positivos ou negativos, das operações no mercado futuro de taxa de juros são apropriados ao resultado e registrados, respectivamente, na rubrica "Receitas financeiras ou Despesas financeiras". **(ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Ativos financeiros designados no momento da aquisição com esta classificação não são passíveis de negociação. Tal designação se dará quando a Seguradora tiver a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Companhia, de acordo com o vencimento do título; e são avaliados pelo seu valor justo na data da aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras, calculados com base na taxa efetiva de juros dos respectivos títulos. **(iii) Ativos disponíveis para venda:** A Seguradora classifica nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados em uma das outras duas categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. **(iv) Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 (doze) meses após a data-base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como saldo de prêmios a receber de segurados, são classificados pela Seguradora nesta categoria e são mensurados inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, valorizados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros deduzidos da provisão de redução ao valor recuperável (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado através da emissão da apólice, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessário. **(c) Reconhecimento e mensuração de contratos de seguro:** A Seguradora classifica como contratos de seguros todas as apólices e contratos das modalidades dos ramos de acidentes pessoais individual e coletivos, vida em grupo, prestamista, renda de eventos aleatórios, doenças graves, vida individual, auxílio funeral, e seguro de vida do produtor rural. Os prêmios, as contribuições e os custos de aquisição diferidos são registrados quando da emissão das apólices ou faturas, líquidos dos respectivos custos de emissão, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. **(d) Ativos e passivos de resseguros:** Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e a longo prazo (incluindo a estimativa da parcela de sinistros ocorridos e não avisados). Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas originados na contratação inicial de resseguro são amortizados durante o período de expiração do risco dos contratos. A Seguradora analisa a recuperabilidade dos ativos de resseguro regularmente no mínimo a cada data de balanço. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado. Atualmente, não foi verificada a necessidade de se realizar provisão para perdas com o valor recuperável sobre os ativos de resseguro da Seguradora. **(e) Provisões técnicas:** As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros são constituídas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades autorizadas a funcionar pela SUSEP, de acordo com as determinações da Resolução CNSP nº 321, de 15 de janeiro de 2015 e Circular SUSEP nº 517 de 30 de julho de 2015, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA): **(i) Seguros:** • Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG): A provisão de prêmios não ganhos é constituída pelas parcelas de prêmios, correspondente aos períodos de riscos a decorrer, calculado pelo método "pro rata die", de acordo com as normas da SUSEP para os seguros de pessoas. A provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE) tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos assumidos, mas ainda não emitidos e é calculada com base em nota técnica atuarial. • Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL): A provisão de sinistros a liquidar para seguros de pessoas corresponde à melhor estimativa da Seguradora do valor a ser pago, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço e atualizada monetariamente nos termos da legislação em vigor para os planos de seguros de pessoas. Nesta provisão também são contemplados os valores resultantes de demandas judiciais. • Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR): A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados é constituída conforme nota técnica atuarial, com base na experiência histórica entre as datas de ocorrência e de aviso dos sinistros, de acordo com a legislação vigente. Também devem ser considerados nesta provisão os valores estimados pela Seguradora referentes às demandas judiciais. • Provisão de Despesas Relacionadas (PDR): A PDR é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros e é calculada conforme nota técnica atuarial. Com a publicação da Circular SUSEP nº 517/15, esta provisão veio substituir a Provisão de Despesas Administrativas (PDA), que foi extinta. • Provisão Complementar de Cobertura (PCC): A provisão complementar de cobertura será constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos, de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor, sendo a estimativa obtida por Nota Técnica Atuarial específica. **(ii) Previdência complementar:** As provisões técnicas representam os valores das obrigações assumidas sob forma de planos de renda, pensão e pecúlio e são calculadas segundo o regime financeiro previsto contratualmente, por e sob responsabilidade de atuário legalmente habilitado, registrado no Instituto Brasileiro de Atuária (IBA). Abaixo, segue a composição dos encargos e taxas de carregamento das modalidades de seguros e previdência:

Produto	Descrição	Taxa de Juros	Taxa de Carregamento	Tábuas	Modalidade
147	Prestamista TM	0%	0 a 90	AT83 / Experiência Própria	Seguros
1961	Rural TM	0%	0 a 90	AT83 / Experiência Própria	Seguros
1960	Rural FE	0%	0 a 90	AT83 / Experiência Própria	Seguros
1760	Vida Individual	0%	55	Experiência Própria	Seguros
1761	Vida Individual	0%	55	Experiência Própria	Seguros
1103	Pecúlio por Invalidez	0%	30	Álvaro Vindas	Previdência
1102	Pecúlio por Morte	0%	30	CSO-80M	Previdência
1589	Pecúlio por Morte	0%	5,53	CSO80	Previdência
1590	Pecúlio por Invalidez	0%	30	Álvaro Vindas	Previdência
1950	Cotado VG TM	0%	0 a 90	AT83 / Experiência Própria	Seguros
1679	Vida Individual	0%	49,81	AT83 / Experiência Própria	Seguros
1680	Vida Individual	0%	44,79	AT83 / Experiência Própria	Seguros

• Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG): É calculada para os planos de morte e invalidez de previdência e seguros de vida individual pelo método "pro rata die", com base nas contribuições e prêmios líquidos emitidos no mês, quando for o regime financeiro de repartição e tem por objetivo provisionar a parcela de contribuições e prêmios, correspondente ao período de risco a decorrer, contado a partir da data base de cálculo. • Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL): A provisão de sinistros a liquidar para previdência, corresponde à melhor estimativa da Seguradora do valor a ser pago, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço e atualizada monetariamente nos termos da legislação em vigor para os planos de previdência complementar. Nesta provisão também são contemplados os valores resultantes de demandas judiciais. • Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR): A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados para previdência é constituída conforme nota técnica atuarial, com base na experiência histórica entre as datas de ocorrência e de aviso dos sinistros, de acordo com a legislação vigente. Também devem ser considerados nesta provisão os valores estimados pela Seguradora referentes às demandas judiciais. • Provisão de Resgates ou Outros Valores a Regularizar (PVR): Abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de contribuições ou prêmios e às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a entidade aberta de previdência complementar ou sociedade seguradora receptora. • Provisão de Excedentes Financeiros (PEF): É constituída para os planos de previdência, seguros de vida individual e seguros de vida com cobertura por sobrevivência que concedem aos participantes garantia mínima de rentabilidade e crédito de parcela dos rendimentos que excedem os juros e/ou à atualização monetária garantidos nos planos, conforme estabelecido em cada contrato. **(f) Custos de aquisição diferidos:** De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aspectos regulatórios do setor, somente as comissões e certos custos originados de contratos são diferidos de acordo com o prazo de vigência das apólices. As despesas de comercialização são registradas quando da emissão das apólices e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio de seguro relacionado. **(g) Reconhecimento de sinistros, benefícios e despesas:** Os sinistros decorrentes dos ramos de seguros de acidentes pessoais individual e coletivos, vida em grupo, prestamista, renda de eventos aleatórios, doenças graves, vida individual, auxilio funeral e seguro de vida do produtor rural, incluem todos os eventos que ocorrem durante o semestre, avisados ou não, os respectivos custos internos e externos com tratamento de sinistros diretamente relacionados ao processamento e liquidação dos mesmos e eventuais ajustes de sinistros a liquidar de semestres e exercícios anteriores. **(h) Imobilizado:** Está contabilizado ao custo e a depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens, como segue:

Equipamentos de informática e telecomunicação	5 anos
Móveis, máquinas e utensílios	10 anos

(i) Recuperabilidade de ativos financeiros: Por ocasião de encerramento de balanço, a Seguradora avalia se há evidências objetivas de que um determinado ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos originados pela não recuperabilidade do ativo são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos. **(j) Ativos contabilizados ao custo amortizado:** Quando houver evidência clara da ocorrência de perda de valor recuperável de ativos contabilizados ao custo amortizado, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas, mas ainda não incorridas), descontada à taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. A Seguradora inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda de valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativo, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se for concluído que não existe real evidência de perda de valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto com relação à perda de valor recuperável. Eventual perda no valor recuperável é sempre avaliada na data de encerramento do balanço. Para fins de *impairment*, a Companhia designa os prêmios de seguros e contribuições de previdência a receber nesta categoria. A provisão para redução do valor recuperável sobre prêmios e contribuições a receber é constituída com base na Circular 517/2015 (itens vencidos acima de 60 dias da data do vencimento do crédito). Se, em semestre subsequente, houver redução no montante da perda no valor recuperável claramente relacionada a um evento ocorrido após o reconhecimento da referida perda, a perda no valor recuperável anteriormente reconhecida será estornada. Qualquer estorno subsequente de perda no valor recuperável é reconhecido na demonstração do resultado, na medida em que o valor contábil do ativo não ultrapasse o seu respectivo custo amortizado na data do estorno. **(k) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido. Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do semestre / exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais. A provisão para contribuição social das sociedades seguradoras é constituída à alíquota de 20% até 31 de dezembro de 2018, conforme determinado pela Lei 13.169/15 (a partir de janeiro de 2019 a alíquota retorna à 15%). O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida. **(l) Teste de Adequação do Passivo (TAP):** Conforme requerido pelo pronunciamento CPC 11 – Contratos de Seguros, em cada data de balanço, a Companhia elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data base. O teste avalia as obrigações decorrentes de contratos e certificados de seguros e planos previdenciários durante o período de vigência das apólices e término de cobertura dos contratos vigentes. Dessa forma, são avaliadas as obrigações decorrentes dos contratos e certificados cuja vigência tenha se iniciado até a data base do teste, excluindo-se, ainda, os planos com estrutura meramente financeira, durante o prazo de diferimento, que prevejam benefícios exclusivamente sob forma de renda certa. O teste tem por finalidade verificar se os passivos relacionados aos contratos de seguro estão adequados, isto é, se o montante dos valores provisionados deduzido das despesas de comercialização diferidas (DCD) e dos ativos intangíveis relacionais (AIR) é compatível com as estimativas correntes de fluxos de caixas futuros. Caso o resultado do teste aponte alguma insuficiência, esta deverá ser reconhecida diretamente no resultado mediante ajuste nos valores contabilizados de provisões técnicas. As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram trazidas a valor presente com base na estrutura a termo das taxas de juros (ETTJ) livre de risco divulgada pela ANBIMA, posicionada em 30 de junho de 2018, utilizando a curva do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Na projeção dos fluxos de caixa foram considerados os prêmios futuros, os sinistros ocorridos e ainda não pagos, os sinistros a ocorrer de prêmios já registrados e de prêmios futuros, despesas administrativas, e as despesas relacionadas a liquidação dos sinistros. Os cálculos foram realizados pela Companhia brutos de resseguro utilizando como premissa de sobrevivência e morte a tábua biométrica BR-EMS e para premissa de invalidez 40% da tábua Álvaro Vindas. Tendo em vista que o único regime comercializado pela companhia atualmente é repartição simples, os contratos são agrupados em uma base com características de risco similares, considerando separadamente o grupo de ramo de danos, seguro de pessoas e operações de previdência complementar aberta, para efeito de apresentação. Além disso para as estimativas dos fluxos de resseguro, os mesmos foram colocados em bases proporcionais e não proporcionais, de acordo com os contratos firmados com os resseguradores. O teste de adequação de passivo de 30 de junho de 2018 indicou que as provisões constituídas nestas datas base, deduzidas das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis relacionados, não são suficientes para garantir o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de seguro descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco, havendo necessidade de ajuste nas provisões da Seguradora. Dessa forma,o montante registrado na Provisão Complementar de Cobertura de prêmios de seguros em 30 de junho de 2018 foi de R$ 4.079 (R$ 1.902 em 31 de dezembro 2017). **(m) Reconhecimento de receita:** As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido usando o método da taxa efetiva de juros pelo valor de mercado. As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do semestre, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido, como resultado de perda por *impairment*, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do semestre. **(n) Benefícios a empregados:** A Companhia é patrocinadora de plano de benefício a empregados, estruturado na modalidade de contribuição definida (Plano de Benefícios Sicoob Multi-Patrocinado). Entende-se por plano de benefícios de caráter previdenciário na modalidade de contribuição definida aquele cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos. Para a determinação do passivo da Entidade é adotado o método de capitalização financeira. De acordo com o disposto no CPC 33 – Benefícios a Empregados, o método adotado para determinação das obrigações a serem reconhecidas no balanço da Patrocinadora é o do Crédito Unitário Projetado. A Companhia faz contribuições para a Fundação Sicoob de Previdência Complementar, uma entidade separada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível. **(o) Resultado por ação:** Em atendimento ao CPC 41 – Resultado por ação, a Companhia apresenta o resultado por ação para os semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017. O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do semestre, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela média ponderada das ações disponíveis na data.
4. Normas novas, alterações e interpretações de normas: As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e/ou pelo "International Accounting Standards Board" (IASB): IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos Financeiros – Inclui: (a) um modelo lógico para classificação e mensuração de instrumentos financeiros; (b) um modelo único de *impairment* para instrumentos financeiros que oferece uma resposta às perdas esperadas; (c) a remoção da volatilidade em resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (d) uma nova abordagem para a contabilidade de hedge. O pronunciamento revoga, a partir de 1º de janeiro de 2018, o CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, entretanto, para empresas reguladas pela SUSEP, a vigência é aplicável de acordo com as orientações deste regulador. A SUSEP não se manifestou acerca do CPC 48 (IFRS 9) até o presente momento. IFRS 15 / CPC 47 – Receita de contrato com cliente – a norma estabelece critérios para o reconhecimento de receitas com clientes, mas não é aplicável aos prêmios de seguros. As receitas com contratos de seguros são orientadas pelo CPC 11 – Contratos de Seguros. No que não contrarie a circular SUSEP nº 561/2017 aplicam-se integralmente as disposições e critérios estabelecidos na norma. A entidade não identificou impactos para alteração dos seus registros no escopo dessa norma. IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamento Mercantil – Entrará em vigor em 1º de janeiro 2019. De acordo com a definição do CPC, o contrato de arrendamento é um contrato que transfere ao cliente "locatário" o direito de usar um ativo por um período de tempo em troca de uma contraprestação financeira. Pela nova contabilização, todos os bens relevantes alugados deverão ser tratados como financeiros no balanço. A Seguradora está analisando os possíveis impactos da adoção dessa norma. A SUSEP não se manifestou sobre a adoção desse pronunciamento. IFRS 17 – Contrato de Seguros – Essa norma passará a vigorar em 1º de janeiro de 2021, mas é permitida a aplicação antecipada. A norma reflete a visão de que um contrato de seguro combina características de um instrumento financeiro e de um contrato de serviço. Além disso, muitos contratos de seguros geram fluxos de caixa com variabilidade substancial durante um longo período. De acordo com essa norma, uma entidade retrata a receita pela transferência da cobertura e de outros serviços prometidos a um valor que reflita a contraprestação a qual a entidade espera ter direito em troca de serviços. Isto significa que a entidade exclui da receita de seguro quaisquer componentes de investimento e reconhece a receita de seguro em cada período conforme satisfaz as obrigações de desempenho previstas nos contratos de seguros. O IFRS 17 substitui o IFRS 4, que foi referenciado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC através do CPC 11 – Contratos de Seguros. A Seguradora está iniciando as análises dos impactos da adoção dessa norma.
5. Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis: A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro das estimativas contábeis, quando aplicável. A liquidação das transações envolvendo essa estimativa poderá resultar em valores diferentes dos apresentados nas demonstrações financeiras, em decorrência de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O item mais significativo sujeito ao processo de aplicação de estimativas e premissas é a mensuração das provisões técnicas. **a) Provisões técnicas: Seguros de vida e planos previdenciários com cobertura de risco:** Para contratos de seguro dos ramos de seguros de vida e planos previdenciários com coberturas de risco, estimativas são feitas para o custo final esperado dos sinistros e eventos incorridos e a ocorrer, considerando a parcela dos riscos vigentes ou que ainda não tenham sido extintos. No caso de sinistros e eventos já ocorridos, estima-se as parcelas de sinistros avisados e pendentes de liquidação (PSL) e de sinistros ocorridos mas ainda não avisados (IBNR) na data do balanço. O custo final de sinistros e eventos ocorridos é estimado utilizando técnicas atuariais de triângulos de *run-off*, conforme definido em nota técnica atuarial. A principal premissa considerada pelas referidas técnicas é a de que experiência passada sobre sinistros e eventos da Companhia pode ser utilizada para projetar sinistros e eventos futuros e, assim, os custos finais dos sinistros. Desta forma, esses métodos extrapolam o comportamento de sinistros incorridos e avisados, custos médios por sinistro e número de sinistros com base no comportamento observado nos semestres anteriores, quando aplicável, e índices esperados de perdas. O comportamento histórico de sinistros e eventos é analisado tipicamente com base nos anos das ocorrências, podendo ser analisado em maiores detalhes por principal linha de negócio e tipo de sinistro e evento. As premissas utilizadas são aquelas implícitas nos dados sobre comportamento histórico de sinistros e eventos nos quais as projeções se baseiam, não sendo consideradas premissas sobre taxas futuras de inflação para sinistros e eventos ou de taxas de perdas. Julgamento qualitativo adicional é utilizado para avaliar a extensão em que tendências passadas podem não se aplicar no futuro (por exemplo, para refletir ocorrências únicas, mudanças em fatores externos ou de mercado, como comportamentos do público em relação aos sinistros e eventos, condições econômicas, níveis de inflação para sinistros e eventos, decisões judiciais e legislação, bem como fatores internos como composição de carteira, características da apólice e procedimentos para tratar sinistros e eventos), de forma a determinar o custo final estimado de sinistros e eventos considerados possíveis e prováveis, levando em conta todas as incertezas envolvidas. Outra estimativa utilizada refere-se ao percentual de RVNE utilizado para o complemento das Provisões de Prêmios Não Ganhos (PPNG) para os planos de seguros e previdência. Este percentual é estimado considerando a relação entre a média dos prêmios não ganhos em atrasos observados e os prêmios comerciais retidos no mês de competência. **(b) Custos de aquisição diferidos:** As despesas de comercialização são registradas quando da emissão das apólices e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio de seguro relacionado. **(c) Provisão para recuperação de ativos de seguros, cosseguros e resseguros**: Essas provisões são fundamentadas em análise do histórico de perdas monitorado pela Administração, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos valores a receber relativos a operações com seguros. **(d) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**: A Administração revisa semestralmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **(e) Tributos diferidos**: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada semestre e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.
6. Gestão de risco de seguro e risco financeiro: (a) Gestão de risco de seguro: O principal risco para a Seguradora nos contratos de seguro é o de que sinistros e pagamentos efetivos de benefícios a sua época não correspondam às expectativas. Isso é influenciado pela frequência dos sinistros, gravidade dos sinistros, benefícios efetivamente pagos e histórico de sinistros de longo prazo. Desta forma, o objetivo da Companhia é o de assegurar a disponibilidade de reservas suficientes para cobrir esses passivos. A exposição de risco acima é reduzida por meio de diversificação em uma carteira de contratos de seguros, por meio de seleção criteriosa e implementação de diretrizes sobre a estratégia de subscrição, bem como o uso de contratos de resseguro firmados junto ao ressegurador local IRB-Brasil Re S.A. e ao ressegurador admitido Hannover Rück SE. A Companhia adquire resseguro somente com resseguradores locais e admitidos, solventes, comprovadamente, através das agências de classificação de risco listadas pela SUSEP e ainda atendendo ao índice mínimo de risco requerido em conformidade com as leis do país como parte do seu programa de redução de riscos. Atualmente possui cobertura de resseguro para todas as coberturas de sua carteira, cada qual com sua particularidade/regra de acordo com a necessidade (coberturas em que não possui relativa experiência) e/ou linha de negócio. O resseguro cedido é colocado em bases proporcionais e não proporcionais. Valores a recuperar junto às resseguradoras estão provisionados em linha com a provisão de sinistros a liquidar, e de acordo com os contratos de resseguro vigentes à época de cada evento. Apesar da Companhia apresentar contratos de resseguro, não está isenta das suas obrigações diretas frente aos detentores de apólices, existindo assim uma exposição de crédito em relação ao risco cedido, na extensão em que cada resseguradora não possa satisfazer suas obrigações assumidas por força dos contratos de resseguro. Dos riscos cedidos em resseguro tradicional, 100% destinam-se ao Ressegurador Local, e do resseguro catástrofe, 70% destinam-se à HANNOVER e 30% ao IRB.

Resseguradores por categoria de risco

Ressegurador	Tipo de Atuação	Agência Classificadora	Classificação de Risco
3162-3 - IRB BRASIL RESSEGUROS S.A.	Local	A. M. Best Company	A-
4149-1 - HANNOVER RÜCK SE	Admitida	A. M. Best Company / standard & Poors / FITCH	A+ / AA-

Entre os produtos de seguros e previdência atualmente comercializados, destacam-se os produtos de risco da linha Prestamista e Seguro de vida individual, produtos de previdência estruturados no regime financeiro de repartição simples. Existem ainda produtos voltados para policiais com taxas ajustadas ao perfil de risco, coberturas para funeral e serviços diversos. Para a gestão dos riscos de seguros, a Seguradora revisa suas políticas de subscrição pelo menos uma vez ao ano. Em geral, elas são divididas em políticas de riscos individuais, riscos coletivos e produtos instituídos, havendo desdobramentos especiais para parcerias estratégicas. As políticas são elaboradas e revistas pela área técnica através do acompanhamento sistemático do resultado dos produtos, nichos e carteiras.
Há limites diferenciados de capital segurado por cobertura, região, ramo, idade e profissão. Estes documentos são aprovados pela diretoria executiva da Seguradora. Visando a melhor diversificação possível, a seguradora tem aumentado sua opção de produtos e coberturas, a fim de explorar novos nichos e aumentar sua competitividade e penetração em todo o território nacional. Os principais ramos em que a Seguradora opera e seus indicadores de desempenho são:

Ramo	30 de junho de 2018: Prêmios Emitidos Líquidos	30 de junho de 2018: índice de Sinistralidade	30 de junho de 2018: Índice de Comissionamento	30 de junho de 2017: Prêmios Emitidos Líquidos	30 de junho de 2017: índice de Sinistralidade	30 de junho de 2017: Índice de Comissionamento
Acidentes pessoais coletivos	10.981	31,78%	16,11%	98	0,00%	12,68%
Acidentes pessoais individuais	2.489	27,09%	16,11%	394	16,25%	12,68%
Auxilio funeral	1.087	36,32%	16,11%	74	2,06%	12,68%
Doenças graves ou doença terminal	5.324	15,39%	16,11%	744	3,35%	12,68%
Prestamista	75.714	29,30%	16,11%	22.698	9,51%	12,68%
Renda de eventos aleatórios	583	70,69%	16,11%	-	-	-
Seguro de vida produtor rural	18.234	40,31%	16,11%	6.240	10,48%	12,68%
Vida em grupo	16.657	54,71%	16,11%	198	0,00%	12,68%
Vida individual	5.106	14,10%	16,11%	870	9,09%	12,68%
	136.175			31.316		

O índice de comissionamento foi calculado a partir do % médio praticado nos estudos de viabilidade econômica (*pricing*), que se baseia no comissionamento real pago pela Seguradora. Com relação a alguns riscos corridos pela Seguradora, há o risco de conversibilidade. Apesar da experiência de baixa conversibilidade em renda acompanhar a média do mercado, é possível que em um médio prazo esta taxa possa aumentar. A Seguradora qualifica este risco como muito baixo, tendo em vista a carteira de produtos existente. Espera-se o mesmo impacto com relação à taxa de juros, tendo em vista o nível estimado para o longo prazo para cada um dos indexadores financeiros e a utilização de percentuais mais baixos já adotados por esta Seguradora em seus produtos. A expectativa de aumento da longevidade é fato indiscutível no mundo inteiro. Por isto, a Seguradora acompanha o movimento mundial incrementando também a sua expectativa de longevidade, diminuindo assim sua exposição a este risco. A inflação é um risco mitigado pela política interna de investimentos e gestão do casamento de ativos e passivos. As potenciais exposições e/ou concentrações de riscos são monitoradas por relatórios gerenciais, observadas a localidade e linha de negócios. Estes apontam as ações corretivas a serem aplicadas na região e/ou linha de negócio, quando necessárias. O quadro abaixo exibe a concentração do risco, na região e no ramo de seguro, baseados no prêmio bruto e líquido de resseguro.

Distribuição de prêmio bruto de resseguro — 30 de junho de 2018

Ramos	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total Geral
Acidentes pessoais coletivos	1.258	259	516	8.059	890	10.981
Acidentes pessoais Individuais	348	138	273	1.447	283	2.489
Auxilio Funeral	95	47	61	782	102	1.087
Doenças Graves Ou Doença Terminal	847	287	629	3.050	511	5.324
Prestamista	20.293	5.424	4.500	37.873	7.624	75.714
Renda de eventos aleatórios	242	6	25	229	82	583
Seguro de Vida Produtor Rural	1.033	325	1.689	12.215	2.972	18.234
Vida em Grupo	1.713	368	772	12.429	1.376	16.657
Vida Individual	775	279	484	3.053	515	5.106
Total	26.603	7.133	8.948	79.137	14.353	136.175

Distribuição de prêmio líquido de resseguro — 30 de junho de 2018

Ramos	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total Geral
Acidentes pessoais coletivos	1.204	248	494	7.711	851	10.507
Acidentes pessoais Individuais	325	129	255	1.354	265	2.329
Auxilio Funeral	95	47	61	782	102	1.087
Doenças Graves Ou Doença Terminal	582	197	432	2.095	351	3.658
Prestamista	19.635	5.248	4.354	36.646	7.377	73.260
Renda de eventos aleatórios	215	5	22	204	73	519
Seguro de Vida Produtor Rural	993	312	1.624	11.744	2.857	17.531
Vida em Grupo	1.542	331	695	11.190	1.238	14.996
Vida Individual	733	264	458	2.890	487	4.833
Total	25.324	6.783	8.395	74.616	13.601	128.720

continua...

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações financeiras em 30 de junho de 2018 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Distribuição de prêmio bruto de resseguro					
	30 de junho de 2017					
Ramos	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total Geral
Acidentes pessoais coletivos	34	-	-	64	-	98
Acidentes pessoais Individuais	64	25	46	227	32	394
Auxilio Funeral	10	5	8	44	6	74
Doenças Graves Ou Doença Terminal -	166	48	93	390	47	743
Prestamista	5.524	3.423	1.927	10.981	842	22.698
Seguro de Vida Produtor Rural	180	134	712	5.026	189	6.240
Vida em Grupo	30	-	-	168	-	198
Vida Individual	162	47	93	505	64	870
Total	6.171	3.683	2.878	17.404	1.180	31.316

	Distribuição de prêmio líquido de resseguro					
	30 de junho de 2017					
Ramos	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total Geral
Acidentes pessoais coletivos	33	-	-	61	-	94
Acidentes pessoais Individuais	61	24	43	215	30	373
Auxilio Funeral	10	5	8	44	6	74
Doenças Graves Ou Doença Terminal	128	37	72	301	36	575
Prestamista	5.485	3.399	1.914	10.903	836	22.537
Seguro de Vida Produtor Rural	179	133	709	5.004	188	6.213
Vida em Grupo	29	-	-	160	-	189
Vida Individual	156	46	89	486	62	838
Total	6.081	3.644	2.835	17.176	1.158	30.893

Testes de sensibilidade: A Seguradora efetua o teste de sensibilidade com o objetivo de demonstrar o impacto de uma mudança possível e razoável nas seguintes variáveis: sinistralidade, taxas de juros, índice de conversibilidade, mortalidade, sobrevivência e inflação. Estas variáveis são as mesmas requisitadas através da Circular SUSEP nº 517/2015. O índice de conversibilidade, sobrevivência e inflação não geram impactos relevantes em função das políticas adotadas pela Seguradora. O impacto da sinistralidade em 30 de junho de 2018 foi testado através do aumento e redução de premissas relevantes, para seguros e previdência respectivamente, sensibilizando o resultado e o patrimônio líquido, conforme tabela abaixo:

Seguros

		Efeito no Resultado/Patrimônio Líquido		
Variáveis	Premissas	Bruto de Resseguro	% Resultado	% PL
Sinistralidade	Aumento de 5,00%	(2.790)	(41,44)	(4,82)
Sinistralidade	Redução de 5,00%	2.790	41,44	4,82
Taxa de Juros	Aumento de 1,00%	(1.472)	(21,86)	2,54
Taxa de Juros	Redução de 1,00%	1.537	22,83	2,65
Mortalidade	Aumento de 15,00%	11.246	167,03	19,41
Mortalidade	Redução de 15,00%	(4.079)	(60,58)	(7,04)

		Efeito no Resultado/Patrimônio Líquido		
Variáveis	Premissas	Líquido de Resseguro	% Resultado	% PL
Sinistralidade	Aumento de 5,00%	(2.258)	(33,54)	(3,90)
Sinistralidade	Redução de 5,00%	2.258	33,54	3,90
Taxa de Juros	Aumento de 1,00%	(1.470)	(21,83)	2,54
Taxa de Juros	Redução de 1,00%	1.536	22,81	2,65
Mortalidade	Aumento de 15,00%	11.070	164,41	19,11
Mortalidade	Redução de 15,00%	(3.168)	(47,05)	(5,47)

Previdência

		Efeito no Resultado/Patrimônio Líquido		
Variáveis	Premissas	Bruto de Resseguro	% Resultado	% PL
Sinistralidade	Aumento de 5,00%	(204)	(3,03)	(0,35)
Sinistralidade	Redução de 5,00%	204	3,03	0,35

		Efeito no Resultado/Patrimônio Líquido		
Variáveis	Premissas	Líquido de Resseguro	% Resultado	% PL
Sinistralidade	Aumento de 5,00%	(141)	(2,10)	(0,24)
Sinistralidade	Redução de 5,00 %	141	2,10	0,24

A sensibilidade da redução e/ou aumento de 50% em persistência e 25% de entrada em invalidez, foi testada pela Administração. O resultado da análise não impactou de forma relevante o passivo, o resultado e o patrimônio líquido do semestre. Em relação aos planos de previdência a sensibilidade da redução e/ou aumento da 1% da taxa de juros e 15% em mortalidade, não impactou de forma relevante o passivo, o resultado e o patrimônio líquido do semestre. **(b) Risco de mercado:** Risco de mercado pode ser definido como a volatilidade de resultados inesperados, relacionados com a possibilidade de perdas em atividades no mercado financeiro. Podem, por exemplo, ocorrer prejuízos como resultado da movimentação da taxa de juros, alteração dos níveis cambiais e índices de mercado, entre outros Destaca-se como principal composição na carteira da Seguradora os investimentos pós-fixados em CDI, não tendo até 30 de junho de 2018 ativos financeiros indexados ao índice de preços IPCA e IGP-M. Vale ressaltar que os ativos que possuem marcação na curva, aqueles ativos que serão carregados até seus respectivos vencimentos, são precificados, única e exclusivamente em função das taxas acordadas quando de suas aquisições. As principais ferramentas e variáveis de risco considerados na análise da carteira, é o Value at Risk (VaR) que pode ser definido como a perda potencial de um portfólio dado um intervalo de confiança, em um período de tempo; o DV01 que é a análise de sensibilidade de todos os fluxos de pagamento da carteira; e os testes de estresse que são choques geralmente horizontais nos preços de mercado. Tais análises são realizadas pela equipe técnica da Seguradora, calçada de sistema específico de risco de mercado a fim de preservar o patrimônio da Seguradora, bem como suportar o planejamento e controle para tomadas de decisões. A tabela abaixo apresenta uma análise de sensibilidade nos principais grupos de ativos financeiros marcados a mercado da Seguradora.

Grupo	Posição (M&M)	VaR 1 du	% VaR/ Posição	VaR Marginal	% VaR Marginal	Duration
DPGE	10.977	0	0	0	0,06	0
LFT Pos Selic	132.569	2	0	1	12,41	1
Mongeral Aegon FI Multimercado	10.026	7	0	7	87,02	0
Sicoob Institucional FI RF Cred Priv	8.332	2	0	0	0,51	0

(c) Risco de crédito: O risco de crédito consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes de eventual não cumprimento, pela contraparte, de suas obrigações financeiras, nos termos pactuados, ou de deterioração de suas condições creditórias (*ratings*). • *Controle do risco de crédito por meio da política de investimentos:* Com o objetivo de administrar a sua exposição ao risco de crédito, a Seguradora possui uma política de investimentos onde são priorizados os investimentos em títulos públicos federais e um percentual reduzido em títulos de crédito privado, com boa classificação de risco pelas maiores agências *rating*. O cumprimento da referida política é acompanhado pelo departamento financeiro, que está subordinado à diretoria financeira da Seguradora. São observados critérios de valor para as decisões de investimento, conforme estabelecido nas alçadas definidas pela Diretoria Executiva. A gestão de riscos de crédito da Seguradora é determinada segundo avaliações econômico-financeiras e regulamentares, sendo os recursos de caixa e ativos financeiros investidos (ou reinvestidos) somente em contrapartes com alta qualidade de *rating* de crédito.

A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Companhia, com exceção dos títulos públicos federais e fundos de investimento não exclusivos, distribuídos por *rating* de crédito fornecidos por agências renomadas de *rating*.

Emissor	Rating	Agência	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
Mercantil do Brasil S. A.	Caa1	Moody's	10.973	-
Bancoob	AA-(bra)	Fitch	8.274	-
			19.247	-

(d) Risco de liquidez: O risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes da inexistência de recursos suficientes para o cumprimento, nas datas previstas, dos compromissos assumidos. Para mitigar esse risco, frequentemente são realizados estudos dos fluxos de movimentações financeiras esperados em vários cenários, avaliando-se de forma conservadora os limites mínimos de recursos líquidos a serem mantidos. Aliada a essa estratégia, são avaliadas as melhores opções de reinvestimento, de modo a maximizar os recursos disponíveis. A Seguradora tem por filosofia ser conservadora em seus investimentos, priorizando sempre a capacidade de liquidez na escolha de seus ativos financeiros tendo como base suas obrigações com as contrapartes. A tabela a seguir apresenta o ativo e passivo financeiro detido pela Companhia classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa.

	30 de junho de 2018		
Seguros	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Ativo			
Caixa e bancos	58	-	58
Aplicações	38.429	121.238	159.667
Créditos das operações com seguros e resseguros	36.538	-	36.538
Ativos de resseguros - provisões técnicas	8.099	-	8.099
Títulos e créditos a receber	199	699	898
Total ativo	**83.323**	**121.936**	**205.260**
Passivo			
Contas a pagar	4.306	-	4.306
Provisões técnicas – seguros	79.729	86.510	166.239
Débitos das operações com seguros	12.922	-	12.922
Depósitos de terceiros	545	-	545
Total passivo	**97.502**	**86.510**	**184.012**

	30 de junho de 2018		
Previdência	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Ativo			
Caixa e bancos	1	-	1
Aplicações	524	1.654	2.178
Créditos das operações com previdência	1.685	-	1.685
Ativos de resseguros - provisões técnicas	1.074	-	1.074
Títulos e créditos a receber	3	9	12
Total ativo	**3.286**	**1.664**	**4.950**
Passivo			
Contas a pagar	59	-	59
Provisões técnicas – previdência	3.232	-	3.232
Débitos das operações com previdência	1.083	-	1.083
Depósitos de terceiros	7	-	7
Total passivo	**4.381**	**-**	**4.381**

	31 de dezembro de 2017		
Seguros	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Ativo			
Caixa e bancos	22	-	22
Aplicações	20.280	100.338	120.618
Créditos das operações com seguros e resseguros	30.268	-	30.268
Ativos de resseguros - provisões técnicas	1.237	-	1.237
Títulos e créditos a receber	21	457	478
Total ativo	**51.828**	**100.795**	**152.623**
Passivo			
Contas a pagar	8.894	1	8.895
Provisões técnicas – seguros	55.238	62.279	117.517
Débitos das operações com seguros	6.016	-	6.016
Depósitos de terceiros	573	-	573
Total passivo	**70.721**	**62.280**	**133.001**

	31 de dezembro de 2017		
Previdência	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Ativo			
Caixa e bancos			
Aplicações	205	1.015	1.220
Créditos das operações com previdência	2.063	-	2.063
Ativos de resseguros - provisões técnicas	236	-	236
Títulos e créditos a receber	-	5	5
Total ativo	**2.504**	**1.020**	**3.524**
Passivo			
Contas a pagar	90	-	90
Provisões técnicas – previdência	1.713	-	1.713
Débitos das operações com previdência	839	-	839
Depósitos de terceiros	6	-	6
Total passivo	**2.648**	**-**	**2.648**

(e) Hierarquia de valor justo: A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue: • Nível 1: títulos com cotação em mercado ativo. • Nível 2: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" cuja precificação é direta ou indiretamente observável. • Nível 3: títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

	30 de junho de 2018				31 de dezembro de 2017			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros	**57.261**	**-**	**59**	**57.320**	**20.485**	**-**	**22**	**20.507**
Caixa e bancos	-	-	59	59	-	-	22	22
Aplicações financeiras	**57.261**	-	-	**57.261**	**20.485**	-	-	**20.485**
Títulos para negociação	**29.281**	**-**	**-**	**29.281**	**-**	**-**	**-**	**-**
Depósitos a prazo com garantia especial	10.973	-	-	10.973	-	-	-	-
Fundo de Invest. Renda Fixa – Títulos	18.308	-	-	18.308	-	-	-	-
Títulos disponíveis para venda	**27.980**	**-**	**-**	**27.980**	**20.485**	**-**	**-**	**20.485**
Letras Financeiras do Tesouro	27.980	-	-	27.980	20.485	-	-	20.485

7. Aplicações financeiras: (a) Classificação por categoria e faixa de vencimento

	30 de junho 2018							
	Sem vencimento	Até 1 mês	De 2 a 12 meses	De 13 a 24 meses	De 25 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado
Títulos para negociação	**18.308**	**-**	**10.973**	**-**	**-**	**-**	**29.281**	**29.334**
DPGE16001CS	-	-	10.973	-	-	-	10.973	10.977
Fundo Mongeral	10.034	-	-	-	-	-	10.034	10.026
Fundo Sicoob Institucional FI RF Crédito Privado	8.274	-	-	-	-	-	8.274	8.332
Títulos disponíveis para venda	**-**	**-**	**1.609**	**-**	**10.485**	**15.886**	**27.980**	**27.980**
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	1.609	-	10.485	15.886	27.980	27.980
Títulos mantidos até o vencimento	**-**	**-**	**-**	**-**	**103.636**	**948**	**104.584**	**104.589**
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	103.636	948	104.584	104.589
Total Geral	**18.308**	**-**	**12.582**	**-**	**114.121**	**16.834**	**161.845**	**161.904**

	31 de dezembro 2017							
	Sem vencimento	Até 1 mês	De 2 a 12 meses	De 13 a 24 meses	De 25 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado
Disponível para venda	-	-	-	-	-	20.485	20.485	20.485
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	20.485	20.485	20.485
Títulos mantidos até o vencimento	-	-	-	-	-	101.353	101.353	101.353
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	101.353	101.353	101.353
Total Geral	-	-	-	-	-	121.838	121.838	121.838

O valor de mercado das quotas de Fundos de Investimento foi apurado com base nos valores de quotas divulgados pelos Administradores dos fundos de investimento nos quais a Seguradora aplica seus recursos. Os títulos públicos federais, classificados como Mantidos até o Vencimento, foram contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos. Para fins de divulgação apresentamos o valor de mercado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Em 30 de junho de 2018, a Seguradora possui capacidade financeira para manter os títulos mantidos até o vencimento nesta categoria. Não ocorreram movimentações de classificação de títulos entre as categorias. **(b) Movimentação das aplicações financeiras:** A movimentação das aplicações financeiras pode ser assim demonstrada:

	Títulos Privados – Fixo e Variável		Quotas de Fundos de Investimento		Títulos Públicos – Fixo e Variável		Total	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	-	40.971	-	-	121.838	-	121.838	40.971
(+) Aplicações	18.263	5.050	10.920	-	114.676	119.175	143.859	124.225
(-) Resgates	-	(48.898)	-	-	(108.281)	-	(108.281)	(48.898)
(+) Rendimentos	45	2.877	53	-	4.331	2.663	4.428	5.540
(=) Saldo Final	18.308	-	10.973	-	132.564	121.838	161.845	121.838

8. Garantia das provisões técnicas: O Banco Central do Brasil - BACEN através da Resolução nº 4.444 de 13 de novembro de 2015 e a SUSEP através da Circular nº 517 de 30 de julho de 2015, regulamentaram as normas para a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas por parte das sociedades seguradoras. A Seguradora apresenta as seguintes coberturas:

	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
Provisões técnicas – seguros e previdência	169.472	119.230
Ativos redutores da necessidade de cobertura		
Provisões técnicas – resseguros	(8.398)	(1.117)
Custo de aquisição diferidos redutores de PPNG	(35.309)	(27.599)
Direitos creditórios	(22.641)	(24.166)
Total das reduções	(66.348)	(52.882)
Provisões técnicas para cobertura (líquido)	103.124	66.348
Composição dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas		
Títulos da Dívida Pública Interna – Federal	105.810	121.838
Quotas de Fundos de Investimento	10.034	-
Títulos de Renda Fixa Privados	10.973	-
	126.817	121.838
Suficiência	23.693	55.490
Capital Risco de Mercado sem as vigências não reg. Dos fluxos (RM_F)	40.687	31.790
20% CMR_F	8.137	6.358
Liquidez	15.556	49.132

9. Crédito das operações com seguros, resseguros e previdência complementar

(a) Prêmios a receber de segurados

	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
Prêmios a receber de segurados – emitidos	8.792	6.243
Prêmios a receber de segurados – não emitidos	22.968	24.069
Total	31.760	30.312
Redução ao valor recuperável:		
Prêmios a receber de segurados	(1.350)	(690)
Total	30.410	29.622

	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
Aging de prêmios a receber de segurados - emitidos		
A vencer	5.442	3.437
De 1 a 30 dias	5.026	3.051
De 31 a 60 dias	416	386
Vencidos	3.350	2.806
De 1 a 30 dias	1.326	1.495
De 31 a 60 dias	674	621
De 61 a 365 dias	1.116	690
Superior a 365 dias	234	-
Prêmios pendentes no final do semestre	8.792	6.243

A movimentação da provisão para redução de valor recuperável referente ao saldo de prêmios a receber de segurados, está apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	(690)
Constituições	(1.130)
Valores revertidos ou baixados	470
Saldo em 30 de junho de 2018	(1.350)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-
Constituições	(833)
Valores revertidos ou baixados	143
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(690)

(b) Valores a receber previdência complementar

Composição dos créditos das operações com previdência complementar	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
Valores a receber - emitidos	1.857	2.176
Valores a receber - não emitidos	4	87
(-) Redução ao valor recuperável	(224)	(337)
Total	1.637	1.926

	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
Aging de valores a receber		
A vencer	1.476	1.604
De 1 a 30 dias	1.423	1.458
De 31 a 60 dias	53	138
De 61 a 365 dias	-	8
Vencidos	381	572
De 1 a 30 dias	82	127
De 31 a 60 dias	75	108
De 61 a 365 dias	224	337
Prêmios pendentes no final do semestre	1.857	2.176

A movimentação da provisão para redução de valor recuperável referente ao saldo de prêmios a receber de segurados, está apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	(337)
Constituições	(105)
Valores revertidos ou baixados	218
Saldo em 30 de junho de 2018	(224)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-
Constituições	(523)
Valores revertidos ou baixados	186
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(337)

(c) Operações com resseguradoras

	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
Sinistros	5.128	343
Crédito das operações seguros	5.128	343
Sinistros	48	138
Créditos das operações previdência	48	138

Não houve necessidade da constituição para créditos de liquidação duvidosa (PDD), para as operações com resseguradoras.

10. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	31 de dezembro de 2017	Aquisições	(-) Depreciações	30 de junho de 2018
Equipamentos de informática e telecomunicações	20%	557	60	(31)	587
Móveis, máquinas e utensílios	10%	16	20	(1)	35
Total		573	81	(32)	622

	Taxa anual de depreciação	31 de dezembro de 2016	Aquisições	(-) Depreciações	31 de dezembro de 2017
Equipamentos de informática e telecomunicações	20%	5	600	(48)	557
Móveis, máquinas e utensílios	10%	-	17	(1)	16
Total		5	617	(49)	573

11. Contas a pagar

	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
Circulante		
Obrigações a pagar - Mongeral Aegon	1.779	-
Obrigações a Pagar - Bancoob	353	-
Dividendos a pagar	-	2.526
Impostos e Contribuições	946	5.685
Encargos Trabalhistas	709	215
Imposto de Renda Retido na Fonte	425	383
Outras obrigações a pagar	153	176
	4.365	8.985

12. Provisões técnicas e os custos de aquisição diferidos – seguros

(a) Demonstração da composição das provisões técnicas por ramo

	Provisão bruta de resseguro		(-) Parcela de resseguro		(=) Provisão líquida	
	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
Acidentes pessoais coletivos						
Provisões de prêmios não ganhos	635	736	41	-	594	736
Sinistros a liquidar	689	91	63	-	626	91
Sinistros ocorridos e não avisados	1.676	300	389	70	1.287	230
Provisão de despesas relacionadas	8	1	-	-	8	1
	3.008	1.128	493	70	2.515	1.058
Vida em grupo						
Provisões de prêmios não ganhos	1.474	1.760	86	-	1.388	1.760
Sinistros a liquidar	2.876	482	446	-	2.430	482
Sinistros ocorridos e não avisados	2.771	611	643	142	2.128	469
Provisão de despesas relacionadas	16	1	-	-	16	1
	7.137	2.854	1.175	142	5.962	2.712
Renda de eventos aleatórios						
Provisões de prêmios não ganhos	54	58	9	-	45	58
Sinistros a liquidar	48	27	24	-	24	27
Sinistros ocorridos e não avisados	94	7	22	2	72	5
Provisão de despesas relacionadas	1	-	-	-	1	-
	197	92	55	2	142	90
Acidentes pessoais individuais						
Provisões de prêmios não ganhos	490	301	35	13	455	288
Sinistros a liquidar	230	253	131	130	99	123
Sinistros ocorridos e não avisados	434	165	101	38	333	127
Provisão despesas relacionadas	2	1	-	-	2	1
	1.156	720	267	181	889	539
Vida individual						
Provisão de prêmios não ganhos	1.140	671	54	24	1.086	647
Sinistros a liquidar	437	251	209	75	228	176
Sinistros ocorridos e não avisados	542	228	90	38	452	190
Provisão de despesas relacionadas	2	1	-	-	2	1
	2.121	1.151	353	137	1.768	1.014
Prestamista						
Provisões de prêmios não ganhos	97.838	76.649	176	60	97.663	76.589
Sinistros a liquidar	5.462	1.073	1.486	3	3.976	1.070
Sinistros ocorridos e não avisados	12.056	6.617	107	59	11.949	6.558
Provisão despesas relacionadas	106	41	-	-	106	41
	115.462	84.380	1.769	122	113.694	84.258
Auxilio funeral						
Provisões de prêmios não ganhos	124	65	-	-	124	65
Sinistros a liquidar	191	18	-	-	191	18
Sinistros ocorridos e não avisados	62	17	-	-	62	17
Provisão de despesas relacionadas	3	-	-	-	3	-
	380	100	-	-	380	100
Doenças graves ou doença terminal						
Provisões de prêmios não ganhos	1.040	22.066	226	122	814	21.944
Sinistros a liquidar	589	24	412	-	177	24
Sinistros ocorridos e não avisados	889	1.808	206	16	683	1.792
Provisão complementar de prêmios	-	1.902	-	-	-	1.902
Provisão de despesas relacionadas	4	9	-	-	4	9
	2.522	25.809	844	138	1.678	25.671
Prestamista rural						
Provisões de prêmios não ganhos	23.308	-	145	-	23.163	-
Sinistros a liquidar	3.108	-	2.054	-	1.054	-
Sinistros ocorridos e não avisados	3.740	-	33	-	3.707	-
Provisão complementar de cobertura	4.079	-	911	-	3.168	-
Provisão despesas relacionadas	21	-	-	-	21	-
	34.256	-	3.143	-	31.113	-
Total	166.239	117.517	8.099	1.237	158.141	116.280
Circulante	79.729	55.238	8.099	1.237	71.630	54.001
Não circulante	86.510	62.279	-	-	86.510	62.279

(b) Demonstração da movimentação das provisões técnicas no semestre

Provisão bruta	31 de dezembro de 2017	Constituições	(-) Reversões/ baixas	Encargos financeiros	30 de junho de 2018
PPNG - Riscos Vigentes e Emitidos	102.935	23.169	-	-	126.104
PDR - Provisão de Despesas Relacionadas	54	108	-	-	162
PSL - Provisão de Sinistros a Liquidar	2.571	61.824	50.838	73	13.630
IBNR - Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados	10.055	12.209	-	-	22.264
PCC – Provisão Complementar de Prêmio	1.902	2.177	-	-	4.079
	117.517	99.487	50.838	73	166.239

Provisão bruta	31 de dezembro de 2016	Constituições	(-) Reversões/ baixas	Encargos financeiros	31 de dezembro de 2017
PPNG - Riscos Vigentes e Emitidos	-	102.935	-	-	102.935
PDR - Provisão de Despesas Relacionadas	-	54	-	-	54
PSL - Provisão de Sinistros a Liquidar	-	11.525	(8.962)	8	2.571
IBNR - Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados	-	10.899	(844)	-	10.055
PCC – Provisão Complementar de Prêmio	-	1.902	-	-	1.902
	-	127.315	(9.806)	8	117.517

(c) Demonstração da movimentação dos custos de aquisição diferidos no semestre

	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
Saldo no início do semestre	**27.599**	**-**
Constituições	191.155	**122.326**
Amortizações	(183.445)	(94.727)
Saldo no final do semestre	**35.309**	**27.599**
Circulante	5.790	6.284
Não Circulante	29.519	21.315

13. Provisões técnicas e os custos de aquisição diferidos - previdência complementar

(a) Demonstração da movimentação das provisões técnicas

Circulante	31 de dezembro de 2017	Constituições	(-) Reversões/ baixas	Encargos financeiros	30 de junho de 2018
Provisão de sinistros a liquidar	882	27.063	(25.879)	22	2.087
Provisão de prêmios não ganhos	108	8.866	(8.904)	-	69
Provisão de eventos ocorridos, mas não avisados	720	378	(29)	-	1.070
Provisão de despesas relacionadas	3	3	(1)	-	5
Total	1.713	36.309	(34.813)	22	3.232

Circulante	31 de dezembro de 2016	Constituições	(-)Reversões/ baixas	Encargos financeiros	31 de dezembro de 2017
Provisão de sinistros a liquidar	-	13.571	(12.695)	6	882
Provisão de prêmios não ganhos	-	15.037	(14.929)	-	108
Provisão de eventos ocorridos, mas não avisados	-	796	(76)	-	720
Provisão de despesas administrativas	-	4	(1)	-	3
Total	-	29.408	(27.701)	6	1.713

14 Provisões para Contingências

(a) Detalhamento das provisões para contingências por probabilidade de perda

	Contingências Cíveis			
	30 de junho de 2018			31 de dezembro de 2017
Probabilidade de Perda	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor provisionado
Possível	3	337	-	-
Remota	1	20	-	-
Total	**4**	**357**	**-**	**-**

(b) Descrição resumida das principais ações: Cíveis; Existem 4 (quatro) processos de natureza Cível em que a Companhia é ré, dos quais dois estão em curso em Juizado Especial Cível (JEC) e os outros dois em Vara Cível. Os processos em curso no JEC dizem respeito à recusa de proposta pelo fato dos autores estarem em desacordo com a política de aceitação de risco da Companhia, e os demais referem-se a sinistros ocorridos fora da vigência. Não há outras contingências em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

15. Desenvolvimento de Eventos e Sinistros: Devido ao início recente das operações, o Sicoob Seguradora não possui base de dados histórica de sinistros para mensurar a consistência e o desenvolvimento de sinistros de sua carteira. A Seguradora entende que o desenvolvimento do histórico de sinistros, bem como sua variabilidade, representam os principais fatores para estabilização do seu resultado. Desta forma, tão logo haja dados históricos disponíveis para a análise, o seu monitoramento será iniciado por parte da Seguradora.

16. Patrimônio líquido: **(a) Capital social:** Em 30 de junho de 2018, o capital social, autorizado, subscrito e integralizado da Seguradora, é composto de 40.000.000 ações, sendo 38.000.000 de ações ordinárias sem valor nominal, e 2.000.000 de ações preferenciais nominativas com direito a voto, sem valor nominal. **(b) Reservas de lucros:** As reservas de lucros são compostas pela reserva legal que é constituída por valor correspondente a 5% do lucro líquido, até o limite de 20% do capital social, constituída no final de cada exercício social. **(c) Dividendos:** De acordo com o Estatuto Social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos equivalentes a 25% do lucro líquido, ajustado em consonância com a legislação em vigor. Os acionistas decidiram por unanimidade abrir mão de tal prerrogativa sobre o resultado apurado em 2017, tendo sido transferido para o patrimônio líquido (reserva especial de dividendos) o valor de R$ 2.526 referente aos dividendos destinados em 2017 (R$ 134 referente aos dividendos destinados em 2016), conforme estatuto. A participação nos lucros e a distribuição de dividendos aos acionistas são realizadas de forma desproporcional à participação acionária (20% Mongeral e 80% Bancoob), pois leva em consideração a expectativa da remuneração do capital aportado e quantidade de ações preferenciais detidas pelo Bancoob. Para o cálculo da referida remuneração de capital, parte do aporte (R$ 16 milhões) é corrigido pela variação do CDI. Concluída a remuneração do capital aportado, as ações preferenciais serão convertidas em ações ordinárias e a participação nos lucros e a distribuição de dividendos passarão a ser proporcionais à participação de cada acionista no capital social (50% Mongeral e 50% Bancoob). Os dividendos são, portanto, calculados considerando o lucro auferido e não há dividendos fixos ou outras obrigações contratuais com natureza de instrumento de dívida. **(d) Lucro por ação - básico e diluído:** Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41 – Resultado por Ação, as tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido do semestre aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído. O lucro por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido do semestre pela média ponderada das ações em circulação no período, considerando a data de aprovação da integralização de capital pela SUSEP. O cálculo do lucro por ação básico encontra-se divulgado a seguir:

	30 de junho de 2018	30 de junho de 2017
Numerador		
Lucro líquido do semestre	6.733	1.962
Denominador (número de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	40.000.000	40.000.000
	0,17	**0,05**

A Seguradora não emitiu e/ou outorgou instrumentos patrimoniais que devem ser considerados para fins de cálculo do lucro por ação diluído, conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 41 – Resultado por Ação. Desta forma, o lucro por ação diluído não apresenta diferença em relação ao cálculo do lucro por ação básico demonstrado acima.

(e) Detalhamento do Patrimônio Líquido Ajustado – PLA e exigência de capital

	30 de junho 2018	31 de dezembro 2017
Patrimônio líquido contábil	57.930	48.671
Despesas Antecipadas	(182)	-
Patrimônio líquido ajustado - PLA	57.748	48.671
Capital base (a)	15.000	15.000
Capital de Risco de Subscrição (b)	38.564	30.323
Capital de Risco de Crédito (c)	1.169	580
Capital de de Risco Operacional (d)	815	663
Capital de de Risco de Mercado (e)	18.965	16.160
Benefício da Correlação de Riscos (f)	(11.053)	(9.008)
Capital de Risco (g=b+c+d+e+f)	48.461	38.718
Exigência de Capital – CRM (Máximo entre 'a' e 'g')	48.461	38.718
Patrimônio líquido Contábil ajustado – subtotal (+/-)	57.748	48.671
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	7.774	6.928
PLA (total) = PLA (subtotal) + ajustes assoc. à var. val. Econômicos (+/-) (1)	65.525	55.599
Exigência de capital – CMR (2)	48.461	38.718
Suficiência/(Insuficiência) do PLA – (1-2)	17.064	16.881
Suficiência de capital (%)	35,21%	43,59%

Constata-se que o valor do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) da companhia é superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), conforme Resolução SUSEP nº 343 de 26 de dezembro de 2016.

17. Imposto de renda e contribuição social: (a) Encargos com imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL): O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores registrados como despesas de imposto de renda e de contribuição social, como se segue:

	30 de junho de 2018 IRPJ/CSLL	30 de junho de 2017 IRPJ/CSLL
Resultado antes dos impostos e participações	12.356	3.607
Participação nos lucros	(4)	-
Base de cálculo	12.352	-
Alíquota nominal	45%	45%
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota nominal (*)	5.558	1.623
Diferenças permanentes	61	22
Despesa de imposto de renda e contribuição social registrado na demonstração do resultado	5.619	1.645
Imposto de renda e contribuição social corrente	5.865	963
Imposto de renda e contribuição social diferido	(246)	682
Total	5.619	1.645

(*) Lei nº 13.169/2015 - A alíquota da CSLL para as Instituições Financeiras e empresas a elas equiparadas é de 20% para o período de 1º de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018. A partir de 1º de janeiro de 2019, a alíquota retornará a 15%.

(b) Créditos Tributários e provisão para tributos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
Ativo - créditos tributários e previdenciários		
Circulante		
Outros impostos a compensar	18	12
Total	18	12
Não circulante		
Imposto de renda diferido sobre diferenças temporárias (*)	393	257
Contribuição social diferida sobre diferenças temporárias (*)	315	205
Total	708	462

(*) O imposto de renda e a contribuição social diferidos referem-se à provisão para redução do valor recuperável de prêmios e valores a receber.

18. Detalhamento das contas das demonstrações do resultado

(a) Sinistros ocorridos

	30 de junho de 2018	30 de junho de 2017
Indenizações avisadas	(42.921)	(680)
Despesas com benefícios/Planos de pecúlio	(2.462)	(108)
Variação de sinistros ocorridos mas não avisados	(12.209)	(2.291)
Variação de eventos ocorridos mas não avisados	(350)	(150)
Variação de despesas relacionadas do IBNR	(48)	(6)
	(57.990)	(3.235)

(b) Resultado com operações de resseguro

	30 de junho de 2018	30 de junho de 2017
Repasse	(7.112)	(666)
Recuperação de sinistros	11.520	62
	4.408	(604)

(c) Outras receitas e despesas operacionais – seguros

	30 de junho de 2018	30 de junho de 2017
Provisão para risco de créditos duvidosos	(660)	(52)
Outras	131	(30)
	(529)	(82)

(d) Custos de aquisição - previdência e seguros

	30 de junho de 2018	30 de junho de 2017
Despesas de corretagem e agenciamento	(40.498)	(4.283)
Despesas de custeamento de vendas	(1.599)	(473)
Despesas com serviços técnicos	(40)	-
Despesas com consultoria comercial	(1.001)	(435)
Campanha de venda	(24)	-
Marketing	(139)	-
Outras	(499)	(139)
	(43.800)	(5.330)

continua...

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações financeiras em 30 de junho de 2018 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Outras receitas e despesas operacionais - previdência

	30 de junho de 2018	30 de junho de 2017
Serviços assistenciais	110	-
Serviço funeral	(13)	-
Provisão para riscos sobre valores a receber	113	-
Outras	(19)	-
	191	-

(f) Despesas administrativas

	30 de junho de 2018	30 de junho de 2017
Pessoal próprio	(4.895)	(1.478)
Serviços de terceiros	(1.544)	(41)
Localização e funcionamento	(1.973)	(537)
Publicidade e propaganda	(100)	(3)
Despesas com donativos e contribuições	(171)	(67)
Jornais e revistas	-	(17)
Publicações	(74)	(3)
Multas	(9)	-
Outras	(6)	(1)
	(8.772)	(2.147)

(g) Despesas com tributos

	30 de junho de 2018	30 de junho de 2017
Contribuições	(3.554)	(469)
Taxa de fiscalização	(285)	(55)
	(3.839)	(524)

(h) Resultado financeiro

	30 de junho de 2018	30 de junho de 2017
Receitas financeiras		
Títulos de renda fixa	4.331	2.426
Receitas com fundos de investimentos	97	-
Outras receitas financeiras	79	-
Despesas financeiras		
Despesas financeiras sobre provisões técnicas	(145)	-
Outras despesas financeiras	(4)	-
	4.358	2.426

19. Aposentadorias e Pensões: No semestre findo em 30 de junho de 2018, a Companhia efetuou contribuições de R$ 126 (R$ 99 em 30 de junho de 2017) à Fundação Sicoob de Previdência Privada. Este plano possui benefícios de aposentadoria na modalidade de contribuição variável, parcialmente patrocinado pela Seguradora, e de Renda por Invalidez e Pensão por Morte na modalidade de benefício definido integralmente custeados pela Seguradora, destinados a proporcionar complementação previdenciária. Esses valores estão contabilizados na rubrica "Despesas Administrativas".

20. Transações com Partes Relacionadas: A Administração identificou as seguintes operações entre partes relacionadas: • Custódia de LFTs no montante de R$ 132.564 pelo Bancoob DTVM Ltda.; • Conta corrente no montante de R$ 59 pelo Bancoob S.A.; • Aplicações em DPGEs no montante de R$ 10.973 pelo Bancoob DTVM Ltda.; • Contribuições efetuadas, parte empresa, à Sicoob Previ no montante de R$ 126.; • A despesa incorrida até 30 de junho de 2018 com a remuneração do pessoal-chave da Administração totalizou R$ 672 (R$ 589 em 30 de junho de 2017: • Obrigações a pagar de R$ 1.779 para Mongeral Aegon Seguros e Previdência. • Obrigações a pagar de R$ 353 para Bancoob.

DIRETORIA

Helder Molina - Diretor-Presidente

Marcelo Carneiro Costa - Diretor

Guilherme Ciarrocchi Ferreira - Diretor

Marcelo da Motta Abreu
Contador - CRC RJ 096032/O-6

Nelson Emiliano Costa
Atuário - MIBA Registro 1068

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Membros Titulares	Membros Suplentes
Marco Aurélio Borges de Almada Abreu (Presidente)	**Ênio Meinen**
Nilton Molina	**Luiz Claudio do Amaral Friedheim**
Helder Molina	**Ricardo Simone Pereira**
Elson Rocha Justino	**Sergio Luiz Fernandes de Mello Junior**

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas Sicoob Seguradora de Vida e Previdência S.A. - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Sicoob Seguradora de Vida e Previdência S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sicoob Seguradora de Vida e Previdência S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 29 de agosto de 2018

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Aníbal Manoel Gonçalves de Oliveira
Contador
CRC 1RJ056588/O-8